

Proposta de Resolução do Coletivo Pão e Rosas

165 PLENA

Em perspectiva mundial, o capitalismo contemporâneo tem passado por profundas mutações. A fase em que se encontra o complexo processo de reestruturação produtiva do capital, apoiado na financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, tem se destacado em seu principal traço distintivo, a saber, seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. Para tanto, sobretudo na periferia do sistema mundial de estados, requer-se uma investida privatista de grande monta nos serviços públicos e o desmonte de suas forças de resistência. No Brasil, notadamente com a ofensiva reacionária aberta no país desde 2015-16 e em diversas partes do globo, uma extrema direita parece ter influído sobre o bloco no poder junto às classes dominantes, o que acarreta consequências diretas para o futuro da educação pública. Nem mesmo a conciliação de classes está em seus planos.

Desde março de 2020 temos enfrentado um endurecimento de três dimensões de crise nacional: política, sanitária e social-econômica. O que os governos estão fazendo é se aproveitar da pandemia do Covid-19 para “passar a boiada” e impor duras condições para os trabalhadores, com pautas privatistas e de destituição de direitos. No campo educacional o ensino remoto (e formas correlatas, como o ensino híbrido) tem sido apresentadas como solução para o calendário acadêmico em meio a pandemia. Há muita pressão para o retorno presencial em nossa rede, ao mesmo tempo que começa a se apresentar uma pauta de defesa do ensino remoto como prática permanente por parte de alguns setores empresariais. Teremos muitos desafios para o ano de 2021. Mas nossa mobilização ainda não cessou este ano.

É inegável que o debate eleitoral atravessa o cenário nacional. O resultado parcial das eleições municipais de 2020, em seu primeiro turno, sugerem inflexões importantes no cenário político. O bolsonarismo – em sua expressão eleitoral – saiu enfraquecido nos resultados eleitorais. Já o Centrão governista obteve um desempenho preocupante, com crescimento em média de 30%, mesmo não tendo conquistado prefeitura de cidades importantes. O Bloco da direita liberal PSDB/MDB/DEM perdeu um terço dos votos em comparação com 2016, apesar de ter conquistado prefeituras de grandes cidades. O DEM sozinho cresceu em termos eleitorais. A esquerda petista, mesmo conquistando pleitos de vereança importantes, obteve um desempenho inferior à eleição anterior. O Psol, por sua vez, cresceu. Houve também expressivas votações em candidaturas feministas, LGBTQI, negras e da juventude, o que é bastante progressivo. Contudo, o cenário é de incertezas diante da rearticulação da direita liberal e de como atuará o governo Bolsonaro no próximo período.

Os desafios em 2021 serão imensos. Parece haver uma recomposição e rearticulação da direita-liberal tradicional no país, ocupando a vaga deixada pela crise bolsonarista. Isso sugere que poderá haver maiores condições de aprovação das pautas neoliberais para a educação e o serviço público.

A esperança de um novo rumo para a classe trabalhadora no Brasil reside na mobilização permanente de resistência a retirada de direitos sociais e trabalhistas, a escalada autoritária e as ameaças do neofascismo sobre as liberdades democráticas.

Diante deste cenário, propomos a Plenária Nacional do SINASEFE:

- 1) mobilizar suas seções sindicais em todo país para realizar atos regionais contra a Reforma Administrativa. Reforçar a convocação do FONASEFE para o dia 10/dezembro como Dia Nacional de Lutas, com atividades em Brasília nos dias 09 e 10 do mesmo mês. Haverá audiência pública no Congresso Nacional e, no dia 10, um ato performático na porta do Palácio do Planalto. Para tais atividades, as entidades nacionais deverão enviar representantes, assim seria interessante o

SINASEFE estimular suas seções de base a enviarem 5 representantes para estes atos, simultaneamente que as entidades construam o Dia Nacional de Lutas em seus estados.

- 2) Proposta de preparação de uma Plenária Nacional contra intervenções do Governo Federal nas Instituições de Ensino junto com ANDES, FASUBRA e interlocução com CONIF a ocorrer ainda em dezembro deste ano;
- 3) Pela recomposição orçamentária na Educação. Como é sabido, foi anunciado o corte orçamentário na Educação para 2021. Este será um tema quente para o próximo período. O SINASEFE precisa estimular junto as suas bases, em seus estados, um dia em defesa dos Institutos Federais (lembrando que dezembro comemoramos aniversário da Lei de criação dos Institutos Federais) e contra os cortes orçamentários, envolvendo a mais ampla unidade de ação entre sindicato, movimento estudantil, comunidade acadêmica local, reitorias, parlamentares etc. Um dia com programação virtual abordando essa temática – com possibilidade de articulação de atos de rua nos campi conforme a realidade de cada região.
- 4) Reforçar as contradições do Ensino remoto. Ampliar uma permanente política de exigências e denúncias da implementação do ensino remoto em nossa rede. Devemos exigir o caráter temporário e emergencial dessa modalidade de ensino, onde ela já ocorra, e destacar suas contradições, exigindo política de universalidade de acesso e inclusão digital. Nenhum estudante fica para trás! O calendário acadêmico deve ser discutido coletivamente nos Institutos, envolvendo toda comunidade do modo mais democrático possível.
- 5) Em defesa da vida, não ao retorno presencial enquanto não houver vacina e condições seguras de imunidade para o COVID-19. Defenderemos greve articulada com demais setores da educação nos estados onde houver pressão para o retorno presencial.
- 6) Solicitar uma audiência com a SETEC/MECE para discutir a Portaria número 983.